

O PAPEL DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO PARTICIPATIVO NO DESENVOLVIMENTO DO “PROGRAMA SEGUNDO TEMPO”

Ana Luiza Barbosa Anversa
Camila Rinaldi Bisconsini
Franklin Castillo Retamal
Claudio Kravchychyn
Fernando Augusto Starepravo
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação
Associado em Educação Física UEM/UEL.

RESUMO

O artigo teve por objetivo analisar o papel do planejamento pedagógico no desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa descritiva documental junto à legislação que trata do esporte educacional brasileiro e as diretrizes do Programa. Verificou-se que o planejamento pedagógico se coloca nesse processo como uma ação participativa, reflexiva e necessária para a concretização das mudanças sociais almejadas, proporcionando às crianças e aos jovens beneficiados o acesso às práticas corporais dentro dos preceitos do esporte educacional, que norteiam a proposta pedagógica e estrutural do Programa. Nesse processo, destacam-se a capacitação e formação continuada dos profissionais e monitores, bem como a assessoria e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano dos núcleos de desenvolvimento das atividades.

Palavras-chave: Políticas públicas. Esporte. Planejamento participativo.

THE ROLE OF THE PARTICIPATORY PEDAGOGICAL PLANNING IN THE DEVELOPMENT OF “PROGRAMA SEGUNDO TEMPO”

ABSTRACT

The means of this article was to analyze the role of pedagogical planning in the development of the “Programa Segundo Tempo”. The data were obtained through a descriptive documentary research with the legislation that deals with the Brazilian educational sport and the program guidelines. It was verified that pedagogical planning is placed in this process as a participatory, reflexive and necessary action to achieve the desired social changes, providing the children and young beneficiaries with access to corporal practices within the precepts of the educational sport, which guide the proposal Pedagogical and structural aspects of the Program. In this process, the training and continuous training of professionals and instructors stands out, as well as the advisory and evaluation of the pedagogical actions developed in the daily activities of the centers of development of the activities.

Keywords: Public policy. Sport. Participatory planning.

ANVERSA, A.L.B.; BISCONSINI, C.R.; RETAMAL, F.C.; KRAVCHYCHYN, C.; STAREPRAVO, F.A.; OLIVEIRA, A.A.B. de; O papel do planejamento pedagógico participativo no desenvolvimento do “Programa Segundo Tempo”. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, Várzea Paulista, v.16, n.02, p.111-120, 2017. ISSN: 1981-4313.

INTRODUÇÃO

O esporte como direito de todo cidadão foi evidenciado por meio da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que instigou o envolvimento mais efetivo do Estado nas ações relacionadas ao esporte. Segundo Linhares (1996), o fomento de leis de incentivo ao esporte e sua propagação foram permeadas pela compreensão da prática a partir de três dimensões: esporte educacional, de rendimento e de participação. Nessa perspectiva, o esporte se coloca como fenômeno sociocultural universal, praticado com finalidade e sentidos diversificados (CORRÊA; TANI, 2006).

Pimentel (2007) destaca que o esporte educacional e o esporte participação (de lazer) ganharam relevância no cenário público, uma vez que o caráter social de ambas as manifestações propicia o atendimento da maior parcela da população, enquanto o esporte de rendimento atende uma minoria da população, não apresentando, em sua essência, perfil democrático e participativo.

Historicamente, o esporte educacional recebeu incentivos de movimentos internacionais pela democratização do esporte. Dentre os mais importantes, a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO de 1978, que preconizava a substituição gradual da supremacia do esporte de rendimento pelas práticas esportivas para todos (TUBINO, 2010).

De acordo com a Lei Federal n. 9.615 (BRASIL, 1998), a prática do esporte educacional se coloca como uma ação desenvolvida no ambiente escolar e instituições educacionais assistemáticas, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, a fim de proporcionar a formação integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer e do esporte. Filgueira, Perim e Oliveira (2009) apontam que a abordagem do esporte educacional se propõe a superar o senso comum de estímulo à formação de atletas, tendo por perspectiva ampliar a vivência motora, para além do ensino do gesto correto, e fomentar a formação humana, inclusão social e o exercício da cidadania.

Nas últimas duas décadas observa-se um aumento das pesquisas referentes às políticas públicas de esporte e lazer. A partir de 2009, no entanto, pesquisadores das áreas da Educação Física e Esporte e da Educação passam a voltar seus olhares aos Projetos Sociais Esportivos destinados a crianças e adolescentes brasileiros, fator que alavancou a produção científica sobre o tema (KRAVCHYCHYN; OLIVEIRA, 2015).

Um exemplo de iniciativa pública que trabalha com o esporte educacional desenvolvido em projetos sociais é o Programa Segundo Tempo (PST). O Programa, criado em 2003 e atualmente vinculado à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte (ME), tem como objetivo:

[...] democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhora da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009, p.8).

A proposta do PST indica que o esporte deve ser compreendido para além do viés competitivo, por meio de ações que contribuam para a interação, a inclusão social e o exercício da cidadania. São exemplos as atividades de lazer, recreação, práticas esportivas sistemáticas e/ou assistemáticas, modalidades esportivas e jogos ou práticas corporais lúdicas da cultura brasileira que envolve crianças e jovens (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Para o desenvolvimento do PST, o ME estabelece parcerias institucionais por meio da celebração de convênios com governos estaduais, prefeituras municipais e órgãos ou entidades federais para a implantação de núcleos de esporte educacional. Tais núcleos são compostos por um coordenador (profissional de Educação Física ou Esporte – nomeado conforme as Diretrizes do Programa como Coordenador de Núcleo), um monitor de atividades esportivas (estudante do curso superior de Educação Física ou de Esporte) e 100 beneficiados (crianças e adolescentes matriculados no ensino regular), que devem proporcionar o ensino e a prática do esporte educacional sob os princípios da pluralidade, da integração, da participação e da emancipação (BRASIL, 2011).

Para o desenvolvimento de uma política pública desse porte, ressalta-se a necessidade de se reconhecer a pluralidade cultural brasileira. Para Canen (2001), entender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais implica na constatação das desigualdades e no acesso aos bens econômicos e culturais por parte desses grupos, em que são marcantes os determinantes de classe social, raça e gênero.

Dessa forma, o modelo de planejamento pedagógico preconizado pelo PST estimula a busca pelo entendimento e consideração das diferenças. Oliveira et al. (2009) propõem algumas questões para o diagnóstico da realidade onde as ações serão implementadas e para a construção do Projeto Pedagógico do Convênio (PPC) e dos Projetos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs): “Quem são os atores? Em que contexto, onde e quando? Por que há determinada necessidade?”. Essas questões são problematizadas continuamente por coordenadores, professores, monitores, beneficiados e comunidade, considerando as possíveis alterações na realidade causadas pela intervenção pedagógica, por meio do constante planejamento participativo.

A partir disso, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender como um processo de planejamento pedagógico participativo pode contribuir para o desenvolvimento das ações relacionadas ao PST. Logo, o objetivo da pesquisa é analisar o papel do planejamento pedagógico no desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.

Cabe ressaltar que o ME conta com outros programas e projetos além do PST, como o Programa Atleta Pódio, Plano Brasil Medalhas, Bolsa Atleta, Atleta na Escola, Esporte da Escola, Esporte e Lazer da Cidade, Vida Saudável, e outros. O PST, caso abordado nessa pesquisa, é desenvolvido desde 2013 em diversas regiões do país, sendo pautado no esporte educacional e beneficiando crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

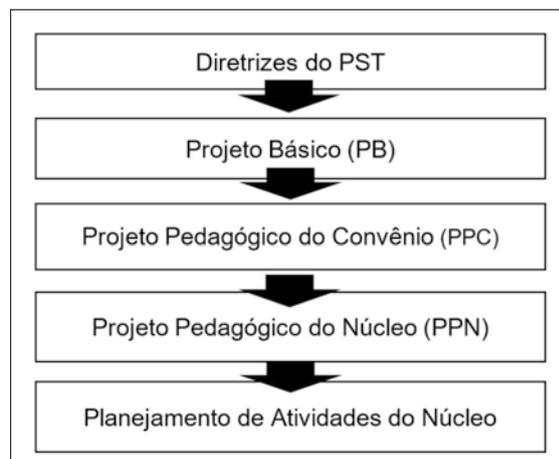
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva documental, que apresenta vantagens devido ao fato dos documentos serem fontes estáveis e ricas em informações, garantindo estabilidade aos resultados obtidos (GUBA; LINCOLN,1989). Foram analisadas as Diretrizes Pedagógicas do PST e as legislação brasileira que baliza as políticas públicas que abrangem o esporte educacional. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), por meio do Parecer nº. 348/2011.

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PST

A proposta pedagógica do PST se baseia na prática do esporte educacional, desenvolvendo atividades de lazer, recreação, práticas esportivas e jogos da cultura brasileira. A estrutura organizacional do Programa se pauta em um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelas entidades convenientes a partir das Diretrizes do Programa, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura organizacional do Programa Segundo Tempo.



Fonte: Oliveira et al. (2009).

A estrutura apresentada, pelos autores supracitados denota um fluxo de ações traçadas a partir do Projeto Básico (PB) - planejamento “macro” que considera as Diretrizes gerais do Programa. Por meio do PB, ao pleitear a formalização de um convênio, é solicitado à entidade proponente que defina o número de núcleos de esporte educacional que pretende implantar e quais modalidades esportivas comporão o rol de atividades a serem desenvolvidas. A partir dessas definições a entidade proponente apresenta, entre outros itens, os recursos humanos que atuarão no convênio, geralmente compostos por Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Coordenador de Núcleo e, acima de 20 núcleos, um Coordenador Setorial (BRASIL, 2011).

Uma vez firmado o convênio, como uma das ações necessárias ao início de suas atividades, a entidade conveniente deve elaborar o PPC, que posteriormente servirá de base para a construção dos PPNs. Compõe o PPC: a) dados de identificação do convênio e de cada núcleo; b) fundamentação teórica; c) diagnóstico; d) objetivos; e) conteúdos; f) estratégias metodológicas; g) processos avaliativos; h) recursos materiais e físicos; i) modelo de grade horária; j) cronograma de realização das atividades; k) e anexos (fotografias dos espaços físicos, proposta de formação continuada dos recursos humanos e documentação suplementar). Deve-se destacar que o processo de elaboração do PPC é constantemente acompanhado por um membro da Equipe Pedagógica (EP) do PST, que tem a função de analisar e promover o constante aprimoramento do processo, a partir de informações trazidas “da ponta” pelas Equipes Colaboradoras (ECs), uma rede formadas por docentes e pós-graduandos vinculados às IES parceiras, que atuam na capacitação dos profissionais e monitores atuantes nos núcleos de esporte educacional, no auxílio à construção dos PPNs e dos planos de atividades dos núcleos e na supervisão, assessoria e avaliação do processo como um todo (OLIVEIRA; KRAVCHYCHYN, 2011; RODRIGUES et al., 2012).

Os PPNs possuem formato semelhante ao PPC. Com exceção da fundamentação teórica, que é definida pelo Coordenador Pedagógico da entidade conveniente com a participação dos Coordenadores de Núcleo, todos os demais itens são delineados considerando as particularidades de cada comunidade. Espera-se que as orientações direcionadas aos profissionais das entidades convenientes clareiem os caminhos para a concretização de seus anseios em relação às transformações vislumbradas em suas comunidades. Ou seja, PPC e PPNs norteiam as ações dos profissionais que atuam nos convênios do PST, sendo esse planejamento indispensável para buscar a aproximação com os resultados pretendidos.

Diante dessa perspectiva, um projeto pedagógico não pode ser apenas um plano inicial. Ao mesmo tempo em que significa “lançar-se à frente”, o projeto oferece subsídios para o trabalho pedagógico que, ao se desenvolver, poderá apresentar novas necessidades (VEIGA, 2004).

Vale destacar que os PPNs devem ser utilizados no dia a dia dos núcleos como instrumentos a serviço de um pensar e repensar constante das ações pedagógicas. Sendo assim, envolver todo o quadro profissional, monitores, beneficiados e membros da comunidade envolvida é uma ação de fundamental importância para a consecução dos objetivos do Programa. O diagrama a seguir (Figura 2) ilustra tal importância e demonstra o desencadeamento das ações que precisam constar nos PPNs.

Figura 2 - Esquema do Planejamento Pedagógico de Núcleo (PPN).



Fonte: adaptado de Oliveira et al. (2009).

Para a concretização do fluxo apresentado na Figura 2, o Coordenador de Núcleo precisa buscar proximidade com a realidade de cada localidade, bem como se dedicar ao processo de planejamento, que se renova após cada avaliação. As análises e discussões a seguir terão base no fluxo apresentado.

DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS E SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS

O estabelecimento pontual dos objetivos e dos conteúdos esportivos a serem trabalhados é uma tarefa que depende de um amplo diagnóstico da realidade. Assim, esses itens se interligam na elaboração de um planejamento participativo, o que justifica a abordagem dos mesmos em conjunto. De acordo com Santos, Ferri e Macedo (2012, p.182), o planejamento participativo deve ser entendido como “[...] um processo que se realiza dentro de um ciclo de previsão, implementação e avaliação das ações que resultam de decisões democráticas para os fins desejados”. Os autores ainda acrescentam a importância da distribuição das decisões, a partir do diagnóstico do contexto que envolve o espaço que será palco de intervenção.

Uma das primeiras ações envolvidas no planejamento, em especial no PST, por ser realizado nas diversas regiões do país, é o diagnóstico do contexto em que o convênio está integrado. Oliveira et al. (2009) entendem que a função primordial do diagnóstico é constatar, identificar e interpretar dados da realidade, com foco no processo de ensino e aprendizagem, considerando seus atores, os recursos disponíveis e as necessidades apresentadas. Por isso, recomendam que sejam considerados: os índices de desenvolvimento humano e educacional da localidade; a infraestrutura (escolas, postos de saúde, saneamento básico, etc.); os problemas sociais (criminalidade, tráfico e consumo de drogas, trabalho infantil, etc.); os espaços culturais e de lazer; entre outras características. Nesse sentido, os autores sugerem que na fase inicial do planejamento sejam elaborados questionários e entrevistas direcionados à comunidade (beneficiados, seus pais ou responsáveis e lideranças comunitárias).

Em uma segunda fase, após o diagnóstico, é preciso definir os objetivos das atividades e os conteúdos. Nesse momento há a necessidade de se entender o esporte para além da simples prática, de modo que os conteúdos sejam pensados de forma mais abrangente. Com base em Coll et al., (2000), Darido e Oliveira (2009) propõem que o esporte no PST seja ensinado e vivenciado a partir das seguintes questões: o que é preciso saber (dimensão conceitual)? O que é preciso saber fazer (dimensão procedimental)? Como ser (dimensão atitudinal)?

Promover o entendimento do esporte como opção de promoção e manutenção da saúde, dos riscos de se praticá-lo sem o preparo adequado e dos benefícios de sua prática regular consciente são exemplos de como se pode trabalhar a dimensão conceitual dos conteúdos esportivos em programas como o Segundo Tempo.

O esporte é um campo fértil para o trabalho com as questões éticas, intimamente ligadas à dimensão atitudinal. A vivência orientada dos sentimentos próprios da vida (alegria, tristeza, vitória, derrota, ética, falta dela, etc.) e a superação coletiva dos problemas devem ser objetivos constantes nas ações de planejamento por parte de coordenadores pedagógicos e professores.

Sob uma visão educacional, a autonomia para a prática de esportes pode promover a inclusão social. As técnicas do futebol, por exemplo, são as mesmas no mundo todo, de modo que o envolvimento nessa modalidade pode incluir pessoas de diferentes regiões e nacionalidades. A dimensão procedimental – saber fazer – assume, assim, importância nas práticas corporais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PST

A proposta pedagógica do PST traz detalhamentos importantes sobre as opções metodológicas passíveis de serem desenvolvidas durante as atividades nos núcleos do PST. As decisões metodológicas podem definir o apreço ou não dos alunos em relação às atividades propostas, e seu aproveitamento no dia a dia dos beneficiados. Nesse sentido, Ulasowicz e Peixoto (2004) alertam que o professor precisa não só definir, mas efetivamente atingir os objetivos propostos, para que os conteúdos não se tornem desinteressantes e obsoletos aos alunos, comprometendo sua motivação e, conseqüentemente, o futuro do trabalho.

No intuito de contribuir para a qualificação das ações dos professores e monitores nos núcleos do PST, Darido e Oliveira (2009) apresentam e discutem estratégias metodológicas possíveis de serem utilizadas nas aulas, segundo os fundamentos do esporte educacional. Essas estratégias são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Sugestões metodológicas e exemplos de ações concretas.

SUGESTÕES	EXEMPLOS
Inclusão e acolhimento	Apoiar, estimular e valorizar cada aluno, reconhecendo suas possibilidades e limitações, visto que o PST não dirige seu foco para o rendimento esportivo.
Contextualização	Com a ajuda dos alunos, aproveitar situações da mídia sobre saúde, <i>dopping</i> , violência, etc., estabelecendo um canal de comunicação com a vida cotidiana.
Participação ativa dos alunos nas atividades	Iniciar e finalizar as aulas por uma roda de conversa. Inicialmente, expor os objetivos, perguntar se os alunos conhecem as atividades propostas e colher sugestões. No final, discutir erros, acertos, nível de participação de cada um, colher sugestões para participação de todos e encaminhar o próximo encontro.
Integração do PST à escola, família e comunidade	Integrar o PST ao projeto pedagógico da escola (ou aproximar-se dos gestores e professores das escolas próximas), envolver a família, por meio de reuniões e eventos específicos, bem como da divulgação constante das atividades.
Diversificação de atividades, espaços e materiais	Evitar a prática repetitiva. A diversificação favorece a inclusão, por possibilitar maior identificação dos alunos com alguma atividade. Além dos espaços e materiais oficiais, utilizar os alternativos, estimulando a criatividade.
Coeducação	Estimular o reconhecimento e a reflexão sobre as diferenças entre as meninas e os meninos em relação à prática esportiva. Promover a prática em comum, podendo adaptar regras e/ou criar alternativas táticas para essa participação.
Os combinados e a (in)disciplina	Definir, em conjunto com os alunos, as regras de convivência, seus princípios (por que existem) e as sanções a partir do não cumprimento dessas regras.
A prática e as filas	Promover atividades nas quais todos os alunos estejam integrados, mesmo em situação de espera, evitando dispersão e possíveis atos de indisciplina.
Técnica esportiva	Oferecer atividades que possibilitem a aquisição das técnicas esportivas para uma prática autônoma e permanente, sem a exigência de alta <i>performance</i> .
Competições e festivais	Propor a realização de competições ou festivais em que os alunos se responsabilizem por elaborar o regulamento, arbitrar partidas e preencher as súmulas. Todos devem jogar e serem premiados. Esse nível de participação exige preparação prévia e supervisão atenciosa dos professores e monitores.
Painel de notícias e exposição de vídeos	Compor um painel informativo, com o objetivo de manter os frequentadores do núcleo atualizados. Como estratégia, podem ser montadas equipes que se revezam na montagem semanal do painel. Exibir periodicamente filmes e documentários, como complemento dos conhecimentos e vivências.

Fonte: Darido e Oliveira (2009).

As sugestões e exemplos apresentados, que apontam em comum a busca pela relação dos conteúdos esportivos tratados no PST e as situações de vida dos seus beneficiados, reforçam o conceito da busca por uma formação integral por meio do esporte. De acordo com Starepravo (2011), a ideia de proporcionar a formação integral do sujeito é utilizada por programas que, entre outros, objetivam a democratização do esporte, assim, é preciso compreender amplamente o programa do qual se trata para efetivar análises conscientes do objeto (programa) estudado.

AVALIAÇÃO, REFLEXÃO, REVISÃO

A avaliação é um item de relevância em qualquer planejamento pedagógico, já que pode proporcionar uma visão mais abrangente da realidade interventiva. Ao se desvendar os entraves para alcançar os objetivos propostos, abrem-se novos rumos, novos arranjos e novos fluxos de comunicação, sendo possível reprogramar prioridades e garantir a qualidade das ações desenvolvidas (DAVIS; ESPÓSITO, 1990).

Em consonância com a proposta de planejamento e considerando as diferentes realidades, o PST não possui um modelo fixo ou preestabelecido do processo avaliativo. Contudo, a proposta pedagógica do Programa oferece diretrizes aos convênios para a construção de um processo avaliativo pautado em uma metodologia que considera os estágios de ação/reflexão/ação. Em sua dissertação, ao analisar alguns aspectos do PST, Ribeiro (2012) afirmou que a reflexão na ação é um processo que ajuda o sujeito que ocupa o cargo de gestor a construir experiências e conhecimentos sobre seu cargo, desenvolvendo ações que contribuem para o desenvolvimento de seu trabalho como formador. Ao pensar sobre sua prática, o professor conquista uma visão crítica das atividades e procedimentos, possibilitando a adoção de uma postura de pesquisador e conhecendo melhor os conteúdos e as características que levam a aprendizagem de seus alunos (MACEDO, 1994). Além disso, por meio dessa estratégia se adota uma postura de coparticipação no processo avaliativo, no qual professores (no caso do PST, Coordenadores de Núcleo), monitores e alunos, analisam as atividades e ações desenvolvidas.

As Diretrizes do PST (BRASIL, 2011) destacam que a avaliação deve ser formativa, inclusiva, pedagógica, participativa, contextualizada, quantitativa e qualitativa. Além disso, devem considerar os objetivos propostos pelo convênio e a visão dos beneficiados envolvidos no processo, a fim de que sejam tomadas decisões assertivas sobre as intervenções.

ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO

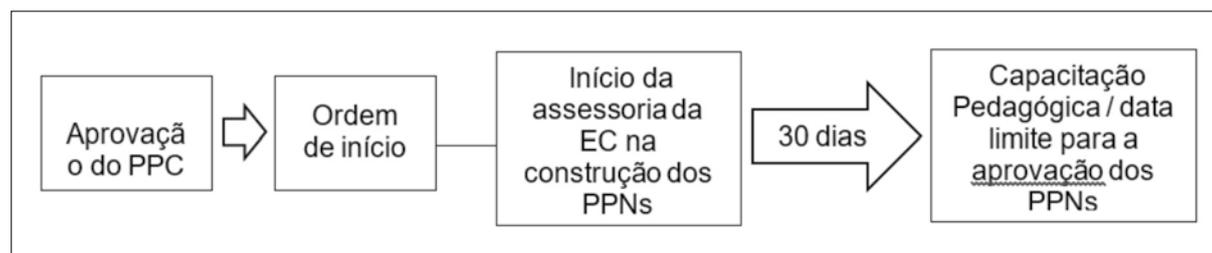
O processo de planejamento necessita de constante acompanhamento e assessoria especializada junto às entidades convenentes no que tange às questões pedagógicas, ações viabilizadas por uma parceria firmada entre a SNELIS/ME e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Por meio de um projeto de extensão, tal parceria é estendida a 44 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de todas as macrorregiões do país. Essa estrutura abriga a EP, formada por mestres e doutores atuantes na área da Educação Física que, entre outras funções, analisam o PPC de cada convênio que pleiteia a ordem de início (OI) das atividades do PST. Cabe destacar que o PPC é um dos pré-requisitos para a obtenção da OI (BRASIL, 2011). Isso garante que, além de providenciar a documentação necessária, seja efetivada a contratação de recursos humanos, a disponibilização de espaços físicos adequados à prática esportiva e a apresentação um projeto pedagógico pela entidade convenente. Já para a estruturação dos PPNs as entidades convenentes contam com a assessoria da EC mais próxima, a partir do início de suas atividades.

Como suporte para essa estrutura, foi implantada uma plataforma eletrônica que permite o cadastramento *online* de PPC e PPNs pelas entidades convenentes. A partir daí se inicia um processo de correções (por parte da EP e ECs) e ajustes (por parte dos coordenadores pedagógicos e de núcleos), até que os planejamentos sejam finalizados e aprovados. Trata-se do Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA), desenvolvido por uma equipe de trabalho formada por profissionais e acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em parceria com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) da SNELIS/ME.

Após a aprovação do PPC, o fluxo de construção e aprovação dos PPNs se dá conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Fluxo das ações de planejamento nos convênios e núcleos do PST.



Fonte: adaptado de Brasil (2011).

Assim que o PPC é aprovado pela EP e o convênio obtém a OI, são cadastrados os PPNs dos núcleos. A proposta pedagógica do PST preconiza que o coordenador de cada núcleo administre a construção do seu PPN, pois os 30 dias de prazo para tal elaboração se constituem em um tempo de tomada de conhecimento da realidade de cada localidade de desenvolvimento do Programa. A assessoria no processo de elaboração do PPC é fundamental no processo, assim como o envolvimento dos monitores de atividades esportivas. Aqui é reiterada a necessidade de se promover a participação da maior parcela possível da comunidade: beneficiados, pais e responsáveis, diretores de escolas da localidade, líderes comunitários, etc. (OLIVEIRA et al., 2009).

A capacitação pedagógica é direcionada aos Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de Núcleo e monitores do convênio, sendo ministrada em dois dias consecutivos, por membros da EC que assessoram o convênio. O modelo utilizado é presencial integrado com vídeo aulas, envolvendo teoria e prática e abordando os diversos temas que contemplam as diretrizes e fundamentos pedagógicos do PST (RODRIGUES et al., 2012).

Parte do trabalho das ECs envolve as ações de formação continuada e avaliação, desenvolvidas à distância e presencialmente. À distância, por meio de contatos telefônicos e *online* (por *e-mail*, Plataforma *Moodle* e reuniões telepresenciais); e presencialmente, nas visitas periódicas aos locais de atendimento, que geram relatórios de acompanhamento. Esse processo proporciona uma visão geral do desenvolvimento do convênio e suas ações.

As ações das ECs vêm chamando a atenção de pesquisadores, como Rodrigues et al. (2012), que tratam do processo de formação e acompanhamento realizado no PST pelas ECs, as quais almejam promover um trabalho integrado aos profissionais atuantes no Programa para o enfrentamento dos dilemas de sua prática cotidiana, incorporando a tal processo o conhecimento e as experiências dos mesmos.

Após a apresentação geral do PST, cabe ressaltar aspectos do ciclo político. Raeder (2014) reconhece cinco fases no ciclo das políticas públicas: 1) percepção e definição de problemas; 2) formação da agenda decisória; 3) formulação de programas e projetos; 4) implementação das políticas delineadas; e 5) monitoramento e avaliação das ações planejadas. Ainda, para o autor,

[...] o ciclo de políticas públicas se apresenta como uma ferramenta analítica que contribui para tornar clara e didática a discussão sobre o tema. As críticas alertam para a necessidade de não se considerar as fases como rígidas etapas sequenciais, ou seja, é possível que as sequências se alternem e as fases se misturem. Sendo assim, mais importante do que a sequência que o ciclo apresenta é o entendimento de que a política pública é composta por estágios que possuem características específicas (RAEDER, 2014, p. 127).

A partir dessas considerações, entendemos que o PST, na fase de monitoramento das ações planejadas, conta com uma estrutura organizada de acompanhamento das ações administrativas e pedagógicas nos convênios do Programa, que é possibilitada pelas ECs. Nesse caso, o papel do planejamento não é somente direcionar o início das atividades, mas também de subsidiar o monitoramento do processo a fim de reforçar as iniciativas bem sucedidas e repensar aquelas que não contribuem para atingir os objetivos propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto apresentamos um Programa que propõe o desenvolvimento do esporte educacional em diversas regiões do país, bem como relatamos a proposta pedagógica que o subsidia e que vem sendo construída com o apoio de diversos profissionais. O desafio imposto permanentemente à gestão do PST é, entre outros, materializá-lo em diferentes realidades.

Para tanto, aqui tratamos de ações que têm sido empreendidas desde a formalização dos convênios, passando pela capacitação dos profissionais e pela assessoria permanente. Embora sejam reconhecidas as limitações orçamentárias e de execução dos convênios na busca da universalização do acesso ao esporte, destaca-se o papel da EP e das ECs no processo de continuidade e aperfeiçoamento constante do Programa (STAREPRAVO et al., 2012).

Como item fundamental às ações do Programa, encontra-se o planejamento pedagógico. Na fase de formalização do convênio, a exigência de aprovação do PPC garante que a entidade conveniente não só conheça as diretrizes e a proposta pedagógica do PST, mas também se lance no desafio de vislumbrar como as colocará em prática durante a vigência do convênio. Já no período compreendido entre o início das atividades e a capacitação pedagógica dos recursos humanos, o convívio destes com a comunidade no núcleo e a assessoria direta da ECs são fatores que proporcionam a possibilidade de construção e revisão constante de um planejamento participativo e de característica reflexiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo**. Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- _____. Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, n.77, p.207-227, dez. 2001.
- COLL, C. et al. **Os conteúdos na reforma**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CORRÊA, U.C.; TANI, G. Esportes coletivos: alguns desafios quando abordados sob uma visão sistêmica. In: ROSE JÚNIOR, D. (Org.). **Modalidades esportivas coletivas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- DARIDO, S.C.; OLIVEIRA, A.A.B. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo (PST). In: PERIM, G.L.; OLIVEIRA, A.A.B. (Orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá, Eduem, 2009.
- DAVIS, C.; ESPÓSITO, Y.L. Papel e função do erro na avaliação escolar. Temas em Debate. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.74, p.71-75, ago. 1990.
- FILGUEIRA, J.; PERIM, G.L.; OLIVEIRA, A.A.B. Apresentação. In: OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G. (Orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá, Eduem, 2009.
- GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. **Effective evaluation**. JosseyBass Publishers, São Francisco, p.423, 1989.
- KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A.A.B. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v.21, n.4, p.1051-1066, out./dez. 2015.
- LINHALES, M.A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.
- MACEDO, L. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

OLIVEIRA, A.A.B. et al. Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. In OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A.A.B.; KRAVCHYCHYN, C. The Pedagogic Monitoring and Managerial of the Second Journey Program from the Cooperate Teams Sight. **The FIEP Bulletin**, v.81 – SpecialEdition – Article I – p. 404-407, 2011.

PIMENTEL, E. dos S. **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: de 1941 até 1998**. 206 f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2007.

RAEDER, S. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.VII, n.13, p.121-146, jan./jun. 2014.

RIBEIRO, S.P. **O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo**. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

RODRIGUES, H.A. et al. O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XXIV, n.38, p.108-122, Jun., 2012.

SANTOS, C.M. dos.; FERRI, L.M.C.G.; MACEDO, M.E.C.M. de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação**, v.1, n.41, p.175-187, 2012.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F.A. et al. As Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XXIV, n.38, p.129-141, jun., 2012.

TUBINO, M.J.G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

ULASOWICZ, C.; PEIXOTO, J. R. P. Conhecimentos conceituais e procedimentais na Educação Física escolar: a importância atribuída pelo aluno. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, n.3, p.63-74, 2004,

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.P.A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 17.ed. Campinas: Papirus, 2004.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para Educação Física e Esportes – GEPPEFE
Departamento de Educação Física - Av. Colombo, 5790 / Bloco M06
Campus Universitário
Maringá/PR
87020-900